

Com ou sem cautelar, recuperação da soberania não tem hora marcada

O alarme do relógio de Paulo Portas tem botão “snooze”? Qualquer que seja o cenário de “pós-troika”, dificilmente trará a reconquista da soberania perdida

NUNO AGUIAR naguaiar@negocios.pt

Portugal está a menos de seis meses de terminar o seu Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), aspirando, nas palavras de Paulo Portas, a “recuperar a parcela de soberania que nos tem faltado”. No entanto, é bastante duvidoso que o fim do programa represente uma alteração significativa na capacidade do Governo português tomar decisões. Isso deverá ser verdade com um segundo resgate, um programa cautelar ou até uma saída à irlandesa.

A assinatura de um programa cautelar com as instituições europeias através do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) representará uma bolsa de oxigénio político para o Executivo, em comparação com o regime anterior de resgate. Mas quão diferente será? A condicionalidade estará lá. Continuarão a ser exigidas reformas a Portugal e a Comissão Europeia e o BCE continuarão a fazer reportes trimestrais sobre o progresso do País.

“Há recuperação de soberania na medida em que o Estado poderá financiar-se de novo normalmente no mercado primário de dívida de longo prazo. Mas continuará a haver limitações na tomada de decisões, na medida em que existirão metas a cumprir, ainda que talvez com critérios mais abrangentes”, nota Paula Carvalho, economista do BPI. Nuno Teles, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, lembra que o MEE “é explícito em relação à condicionalidade associada imposta nas suas diferentes modalidades”. “Será sempre necessário um novo memorando de entendimento, com condições no que toca às contas públicas e sistema financeiro”, acrescenta. “Talvez este novo memorando não seja tão detalhado nas políticas públicas como o de 2011, mas a intervenção externa e as avaliações periódicas continuarão.”

Ao contrário de um programa de resgate, num cautelar o País tem de ser capaz de se financiar nos mercados financeiros. O que significa que deixa de estar nas mãos dos credores a continuação ou interrupção do financiamento. O cautelar serve como um seguro que pode ser accionado em determinadas situações de pressão dos investidores. Mas esse seguro tem um preço sob a forma de condicionalidade. Um preço que a Irlanda, por exemplo, não esteve disposta a pagar, decidindo sair sem “rede” do seu resgate, naquilo que ficou conhecido como uma “saída à irlandesa”.

Recuperar o que já não existe

Mesmo que Portugal conseguisse sair do programa de ajustamento sem a “rede” do cautelar – à irlandesa – dificilmente se poderá antecipar uma “reconquista” de soberania. Actualmente, um País que queira pertencer ao espaço europeu tem de cumprir um conjunto de regras e limitações orçamentais que não irão desaparecer com o abandono de Lisboa pela troika.

Olhando para casos concretos, o Governo português tem utilizado o Memorando de Entendimento como argumento para, por exemplo, não aumentar o salário mínimo. Poderá no futuro ter mais liberdade nessa área? Dependerá das condições exigidas no cautelar, sabendo-se que o mercado de trabalho é uma área onde a troika tem dito que há ainda medidas por tomar. E o IRS? O Governo quer reduzir a carga fiscal dos portugueses em 2015, mas a última declaração da troika sobre o tema revelava pouca margem. “Há muito pouca margem neste momento para considerar uma redução [do IRS]”, disse Subir Lall, em Novembro.

“Parece que todos achamos que por nos vermos livres da troika, vol-

taremos a ter uma soberania que já não tínhamos no passado”, explica Miguel Frasquilho, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, apontando para a assinatura do Tratado de Maastricht. “É uma assinatura um pouco menos limitada do que actualmente, mas com muitas limitações.”

Uma ideia com que Paula Carvalho e Nuno Teles concordam. “Vale a pena lembrar que, com a aprovação do six-pack orçamental europeu, países com défice ‘excessivo’ vêem o seu orçamento sujeitos a visto prévio por parte da Comissão Europeia. Neste quadro, não há qualquer regresso à soberania orçamental do país”, sublinha o economista.

Filipe Garcia, economista do IMF, vê um programa cautelar “a meio caminho da integração na União Económica e Monetária – que já de si limita a soberania de forma relevante – e um plano de assistência”.

O que motiva o discurso da soberania?

A reconquista da soberania entrou em força no discurso político nos últimos meses, promovido principalmente por Paulo Portas. O vice-primeiro-ministro tem referido várias vezes a importância decisiva do fim do programa para a soberania nacional, chegando a classificar a actual situação como um período de “protectorado”.

“É marketing político muito forte e que acaba por ter alguma dimensão de realidade”, refere André Freire, professor do ISCTE. “Se há algo que não desvalorizo é a mestria política de Paulo Portas. É mestre em apresentar bons resultados, mesmo quando são maus.”

Mas é eficaz? “Terá alguma eficácia”, acrescenta ainda o politólogo. “Ocupa o espaço mediático, marca a agenda e faz a oposição socialista ir atrás.”

Cavaco e Portas divergem sobre saída “à irlandesa”



Cavaco Silva e Paulo Portas mostraram, em terça-feira, que têm

visões muito diferentes sobre o pós-troika. O Presidente da República deixou um alerta: “é uma ilusão pensar que as saídas à irlandesa não têm custos”, explicando que “Portugal não deixava de estar sujeito ao tratado orçamental” e que “existem custos para essas saídas à irlandesa”. “E os programas cautelares conseguem reduzir os riscos de custos associados às saídas”, sublinhou o chefe de Estado. Poucos minutos antes, o vice-primeiro-ministro indicava que Portugal deve seguir o exemplo de Dublin. “Portugal poderá ser, e deverá ser, como a Irlanda, bem-sucedido em ajustamentos difíceis no quadro da União Europeia nesta crise das dívidas soberanas. Não são só os portugueses que merecem que o programa termine de forma positiva. É a Europa que precisa de um caso bem sucedido no sul [da Europa]”, afirmou Paulo Portas.